

RESENHAS

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*.
Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Por: Mariana Veríssimo¹

Essa obra configura um momento em um processo de pesquisas sobre “as relações com o saber” e com a escola de jovens que estudam na periferia, na França. Tais pesquisas são desenvolvidas na Universidade de Paris VIII pela equipe da Educação, Socialização e Coletividades Locais –ESCOL. É o resultado de um aprofundamento realizado pelo autor, que visa explicar os motivos que o levam a tratar questões usualmente consideradas como “fracasso escolar”, origem social e deficiências socioculturais como “relação com o saber”. Portanto, o livro é um momento centrado especificamente na elaboração de uma teoria da “relação com o saber” que, a princípio, visava ser suporte para a interpretação dos dados coletados pelos pesquisadores da ESCOL e, felizmente, veio a se tornar um apoio para nossas pesquisas e mesmo nossas inquietações pessoais.

Trata-se de um livro fundamental para todos aqueles que se interessam pelo *movimento longo, complexo e nunca completamente acabado* que é a educação. Uma “peça-chave” para os professores, estudantes de educação e pesquisadores interessados em construir uma lógica social do sujeito, que é ao mesmo tempo singular, porque dotado de um psiquismo regido por uma lógica específica, e social porque ocupa uma posição na sociedade e está inserido em relações sociais.

Esse é um livro surpreendente por diversos motivos. Em primeiro lugar, por que seu título remete, à primeira vista, a um conjunto de considerações a respeito do saber e de relação. Em segundo lugar, porque se trata de dois termos, saber e relação, que não costumam ser associados, pelo menos em um conjunto de mediações e discussões que já se tornaram clássicas no campo da sociologia da educação.

Embora não seja este o objetivo primeiro do autor, ele efetivamente elabora uma teoria “da relação com o saber”. A necessidade de tal teoria é concreta e cada vez mais urgente no contexto de sociedades em que o “fracasso escolar” é tomado como resultante das diferenças entre posições sociais. O autor propõe a compreensão da expressão “fracasso escolar” como fenômeno que, para ser analisado, é preciso construir um objeto preciso de pesquisa.

As primeiras páginas já apontam para um conjunto de elementos que auxilia a compreensão da problemática das relações na sala de aula. Uma relação conflituosa em que, de um lado, estão os professores com a função de ensinar, e de outro lado, os alunos que não aprendem o que se pretende que eles aprendam. A realidade do “fracasso escolar” é inegá-

¹ Mestranda em Educação da Faculdade de Educação/UFMG.

vel, mas o autor pondera que nem por isso ele é um “fato” constatado pela experiência. Assim, “a expressão “fracasso escolar” é uma certa maneira de verbalizar a experiência, a vivência e a prática; e, por essa razão, uma certa maneira de recortar, interpretar e categorizar o mundo social.” (p. 13)

Categórico ao afirmar que o fracasso escolar não existe; o que existe são alunos em situação de fracasso, o autor assinala que as análises devem ser realizadas sobre os alunos, as situações de fracasso e as histórias escolares que terminam mal e não sobre o “fracasso escolar” visto como um monstro escondido nas escolas, que ataca os mais frágeis e que deveria ser dominado pelas pesquisas.

É um livro corajoso, porque coloca questões não apenas para a sociologia da educação em particular, mas também questões tematizadas a partir de outros campos de estudo, que ganham, com essa contribuição, um solo fecundo no qual estão assentadas.

Assim, outra dimensão que precisa ser apontada é o fato de se tratar de uma sociologia do sujeito, que dialoga com várias disciplinas – psicologia clínica, psicanálise, metapsicologia, sociologia (da educação, da família, do trabalho...), filosofia e antropologia – que estabelece como princípio que “toda a relação de mim comigo mesmo passa pela minha relação com o outro” (p. 46). Então, o autor convida ao diálogo pensadores como o psicólogo soviético Vygotski, que afirma que o homem é um ser geneticamente social.

Nessa perspectiva, assumindo e construindo um campo para sua investigação, o autor trabalha o livro em seis capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O fracasso escolar: um objeto de pesquisa inencontrável” elucida que o “fracasso escolar” é um objeto sociomediático que vem sendo tratado de forma equivocada como objeto de pesquisa.

O segundo capítulo: “Serão a reprodução, a origem social e as deficiências ‘a causa do fracasso escolar?’” tal como o nome indica questiona o objeto usado pela sociologia da reprodução para estudar o fracasso escolar. Assim, Charlot refuta a explicação do “fracasso escolar” associado às diferenças de posições dos pais, implicando em diferenças de “capital cultural” dos filhos. Todavia o autor reconhece que o “fracasso escolar” guarda relação com as desigualdades sociais.

São explorados neste capítulo alguns limites encontrados nas pesquisas da equipe da ESCOL, que levaram o autor a estudar a problemática do “fracasso escolar” em termos de relação com o saber. Então para compreender o sucesso ou o fracasso escolar, toma-se a singularidade. Para explicar o fato de que “duas crianças que pertencem à mesma família, cujos pais têm, portanto, a mesma posição social, podem obter resultados escolares muito diferentes” o autor destaca que uma criança não é somente “filha (o) de” mas ela toma determinados lugares na sociedade que, embora estejam relacionados com a posição dos pais, não se limita à ela porque depende do conjunto das relações mantidas com as outras pessoas. Assim, a origem social não é considerada a causa do “fracasso escolar”. Da mesma forma que os alunos em situação de fracasso escolar não são deficientes socioculturais, conforme considera a sociologia da reprodução.

A constatação feita pelo autor é de que há alunos que fracassam nos aprendizados e que freqüentemente têm origem nas famílias menos favorecidas. Com isto o autor realiza uma leitura positiva da realidade do “fracasso escolar” que, ao contrário da leitura da sociologia da reprodução, “se pergunta ‘o que está ocorrendo’, qual a atividade implementada pelo aluno, qual o sentido da situação para ele, qual o tipo das relações mantidas com ou-

tros, etc.” (p. 30). Trata-se de uma abordagem “epistemológica” e “metodológica” onde se localiza, também o debate da definição do dominado.

O terceiro capítulo: “Por uma sociologia do sujeito”, desenvolve com maior aprofundamento as análises realizadas nos capítulos anteriores. Realiza um estudo crítico do pensamento de François Dubet, Pierre Bourdieu e um livro publicado em 1996 pela equipe coordenada por Jacky Beillerot que trata da relação com o saber em uma perspectiva psicanalítica.

Esse capítulo questiona a sociologia de Bourdieu que, embora tenha como objeto posições sociais e agentes sociais, não possibilita uma abordagem da experiência escolar, porque esta experiência é do sujeito e, portanto, a sociologia da experiência escolar deve ser do sujeito.

Dubet por sua vez é criticado porque ele elabora uma sociologia da experiência escolar que, apesar de levar em consideração a questão da subjetividade, abre mão da noção de sujeito. “O sujeito não passa, na verdade, de uma hipótese que o sociólogo deve fazer e não é um objeto de pesquisa.” (p. 41)

A partir dessas reflexões, Charlot apresenta a idéia de uma “sociologia do sujeito”, onde a lógica do sujeito é uma lógica específica, visto que “o sujeito não se soma a Eus sociais interiorizados (...). O sujeito apropria-se do social sob uma forma específica, compreendidos aí sua posição, seus interesses, as normas e os papéis que lhe são propostos ou impostos” (p. 43).

Ao fim desse capítulo, a “relação com o saber” como um objeto de pesquisa ganha contornos claros. E assim, desenvolve-se uma teoria que se constrói com uma composição que não se articula em torno de abordagens clássicas com as quais o universo escolar vem dialogando há alguns anos.

Os três últimos capítulos cobrem completamente a “relação com o saber” considerada como um objeto de pesquisa que possibilita a análise do “fracasso escolar” de uma maneira inovadora. A partir dos desdobramentos teóricos, o autor apresenta dimensões fundamentais e suficientes para o argumento desenvolvido. Trata-se de considerar o sujeito como “o ‘filho do homem’: obrigado a aprender para ser” e nessa perspectiva considera que “a essência originária do indivíduo humano não está dentro dele mesmo, mas, sim, fora, em uma posição excêntrica, no mundo das relações sociais” (p. 52). Na partilha proporcionada pelas relações sociais, o homem se vê obrigado a aprender para construir-se num triplo processo de hominização, singularização e de socialização.

O autor aplica à educação o conceito uso de si por si mesmo desenvolvido por Yves Schwartz no que diz respeito ao trabalho. E, de forma inovadora, considera a educação como “uma produção de si por si mesmo” sob a égide da mediação do outro. Mas para que o processo educacional se dê é preciso que haja o consentimento do sujeito a ser educado. Assim, constata que “o ‘uso’ não é apenas o que fazem de nós, mas, também, o que nós fazemos de nós” (p. 54). Nesta investida os conceitos atividade, mobilização e sentido são satisfatoriamente elucidados, vistos como fundamentais para a análise da “relação como o saber”.

Depois de uma profícua análise sobre a relação dos sujeitos com o saber, o livro afirma que não existe saber em si, portanto o saber é uma relação ou é uma forma de relação com o saber. Assim, a propósito das questões colocadas a respeito da existência do

saber nas práticas, o autor assegura que existe saber nas práticas mas práticas, não são saberes.

A análise “da relação com o saber” se resume na definição de que sujeito de saber não existe – o que existe é uma determinada relação com o mundo. E esta relação com o mundo é simultaneamente uma relação com o saber. Tal análise leva em conta questões bastante evidentes nas análises da sociedade atual. São questões que estão relacionadas ao desemprego e ao trabalho precário, aos cursos profissionalizantes, às formas atuais de acesso à vida adulta, aos debates em torno do lugar do trabalho na vida das pessoas, entre outras.

Essa obra constitui importante contribuição para a reflexão sobre teorias e práticas relacionadas com as grandes transformações que atravessam o mundo da produção, afetando profundamente o modo de ser e agir dos sujeitos. Suas análises transcendem as fronteiras da França e podem ser muito úteis também para o estudo das questões educacionais em países como o Brasil, principalmente naqueles onde estão em curso processos de reconstrução de currículos e de propostas educacionais voltadas para sujeitos enquanto “filho do homem” e portanto em condição de se apropriar do mundo e de se construir a si mesmo.

BAGNATO, Maria Helena Salgado; COCCO, Maria Inês Monteiro, SORDI, Mara Regina Lemes de (orgs.). *Educação, saúde e trabalho: antigos problemas, novos contextos, outros olhares*. Campinas: Editora Alínea, 1999. 132p.

Por: Wanilde Mary Ferrari Auarek²

Frente a complexidade de se abordar como tema de discussão as relações entre educação, saúde e trabalho, a obra organizada por BAGNATO, COCCO & SORDI constitui-se num desafio bem sucedido.

O livro é composto por oito capítulos, apresentando textos que dimensionam aspectos políticos, sociais, éticos e econômicos relativos à tríade temática proposta. A predominância das discussões fomenta a crítica a respeito da formação profissional universitária e, mais especificamente, à formação do profissional de saúde. Propõe o desenvolvimento de uma nova maneira de proceder essa formação, partindo da contextualização e problematização das relações econômicas, sociais e culturais que se processam no atual cenário mundial.

² Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais.